

FORÇA-TAREFA DA ZONA COSTEIRA (FTZC): UMA ESTRATÉGIA DE COMBATE À OCUPAÇÃO DESORDENADA, CRIMES AMBIENTAIS E DEGRADAÇÃO DA COSTA PARAENSE

Amilcar Carvalho Mendes¹

¹ MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

RESUMO: Considerando a crescente degradação de vários setores da zona costeira paraense, causada especialmente pela ocupação desordenada, o grande número de demandas acumuladas e a necessidade específica de preparação e adoção de medidas administrativas e judiciais, a Procuradoria da União no Estado do Pará e a Secretaria de Patrimônio da União, desde 2008, instauraram a Força-Tarefa de Proteção da Zona Costeira (FTZC), visando o combate à ocupação desordenada, crimes ambientais e a degradação do meio ambiente. A FTZC visa a ordenação da urbanização e dos projetos estatais e privados incidentes no litoral paraense, inclusive no interesse da segurança e saúde pública, atuando prioritariamente nos municípios de Salinópolis, Maracanã, Marapanim e Bragança, focos de problemáticas ambientais. Para tanto, foi estabelecido um consórcio de vinte e seis (26) instituições federais, estaduais e municipais, para desenvolver ações educativas, preventivas e repressivas de maneira integrada, sistemática e convergente. No âmbito das ações da FTZC há importante integração entre as instituições gestoras e a academia (representada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG, Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA e Universidade Federal do Pará-UFPA), que proporciona subsídios para elaboração de laudos técnicos periciais, como, também, em ações preventivas e de educação ambiental. Graças ao trabalho da FTZC, a Advocacia Geral da União ajuizou até o momento dez (10) ações públicas, inclusive com demolição de residências construídas irregularmente na Área de Proteção Ambiental de Algodoal-Maiandeuá. Em Salinópolis, proprietários de barracas na Praia do Atalaia foram condenados por danos ambientais. Contudo, sem dúvida, o resultado mais expressivo até o momento foi o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que a Prefeitura Municipal de Salinópolis teve que cumprir junto à justiça federal, obrigando-se ao recolhimento diário do lixo produzido ao longo de suas praias, veiculação de campanha educativa junto aos barraqueiros e usuários das praias do município (Atalaia, Farol Velho e Maçarico) e disciplinar a utilização do espaço praial para eventos privados. Em 2010 a FTZC buscou qualificar e focalizar a fiscalização e ampliar as atividades preventivas, com exposições em praças, shoppings e nas praias, palestras em escolas públicas e privadas, realização do “Seminário Nossa Praia” e, logicamente, reeditou o sucesso do “Projeto Praia Limpa” (educação ambiental), baseado em experiência de sucesso do MPEG, UFRA e UFPA. É importante reconhecer o esforço empreendido pela FTZC na busca pela ordenação e enfrentamento dos problemas ambientais no litoral paraense, inclusive auxiliando as prefeituras municipais e o governo do Estado. Entretanto, o zoneamento econômico-ecológico da zona costeira e a implementação do programa estadual de gerenciamento costeiro devem se constituir em ações preponderantes do Governo do Estado do Pará para este setor que abriga cerca de 45% da população. Cabe ao poder público nas diferentes esferas do poder organizar o espaço e exercer as ações de prevenção e controle de maneira eficaz e coerente com a realidade socioambiental, contando com o engajamento da sociedade para participar e intervir conscientemente no processo, visando, principalmente o usufruto coletivo dos recursos naturais e serviços ambientais da zona costeira.

PALAVRAS-CHAVE: GERENCIAMENTO COSTEIRO; USO E OCUPAÇÃO; COSTA DO PARÁ.